

O MÉXICO DE CHIAPAS E O MÉXICO OFICIAL

ALEJANDRO BUENROSTRO Y ARELLANO, TOMÁS
JENSEN, ANDREIA ALBERICO, MARIETTA SAMPAIO,
LILIA AZEVEDO

No mês de setembro de 2003, percorri as cidades de San Cristobal de las Casas, Palenque e Ocosingo, no Estado de Chiapas, no México. Tendo trabalhado durante muitos anos com os índios de origem Maya –os tzeltales – fui rever a região e conhecer de perto os Municípios Autônomos Zapatistas – formas de autogoverno dos indígenas do Chiapas. Esses municípios constituem uma busca de modelo alternativo de organização da vida social dessas populações, a partir de suas necessidades e de seus recursos.

Um mês antes da minha passagem pela região, os 40 Municípios Autônomos do Chiapas haviam se agrupado em 5 regiões denominadas Caracoles. Na cultura indígena, a palavra caracol tem grande simbologia. Descreve movimentos humanos correspondentes aos da lesma: o interno e o

externo ao seu caracol. Assim: o movimento interno dos 5 Caracoles recém criados consiste no esforço de resolver, através do diálogo, os conflitos e as necessidades dos Municípios Autônomos neles agrupados; já o movimento externo consiste em estabelecer relações entre vários Municípios Autônomos e representá-los oficialmente junto ao Estado mexicano em todos os seus níveis: federal, estadual e municipal, e junto a entidades internacionais.

Para tanto, foram criadas, no âmbito dos Caracoles, as “Juntas de Buen Gobierno” – estruturas paralelas às do Estado e que a elas se antepõem.

Esta complexa estrutura de autogoverno indígena é inspirada nos Acordos de San Andrés. Estes Acordos foram o resultado do diálogo sobre Direitos e Cultura Indígena, assinados, após demoradas negociações, entre os representantes do Exército Zapatista de

Libertação Nacional (EZLN) e dos governos federal e estadual do Estado mexicano. Nos termos desses Acordos os indígenas do Chiapas adquirem a nacionalidade mexicana sem renunciar à sua condição de indígena.

Os Acordos de San Andrés deveriam operar como a Carta Magna das relações entre os indígenas e o Estado mexicano. A realidade, porém, é que este não os incluiu na Constituição mexicana, pela razão de que o projeto das elites que governa o México continuam a rejeitar a pluriétnicidade e a pluriculturalidade da sociedade mexicana. Em consequência, o governo nada fez de concreto para eliminar as causas do levante zapatista nem caminha para a democratização do país. Limita-se a reprimir com violência; a criar divisões entre as comunidades zapatistas; a manter milhares de soldados na região, o que tem sido fator de corrupção, prostituição e até de arrematamento de indígenas para os grupos para-militares. Chamam isto de “guerra de baixa intensidade” – um eufemismo para não dizer “guerra suja”.

Esse empenho em desgastar os indígenas do Chiapas tem o objetivo de abrir caminho para a exploração, pelos grandes capitais nacionais e internacionais, das grandes riquezas do subsolo (petróleo, urânio e lençóis aquíferos) e da grande biodiversidade da região.

A outra novidade com que me deparei durante minha visita ao Chiapas foi o salto de qualidade que as organizações camponesas e indígenas não ligadas ao movimento zapatista deram nestes últimos anos. Há anos essas organizações vinham mantendo relações clientelísticas com o Estado mexicano. Agora substituíram essa postura de exclusiva defesa da sua etnia e de seus interesses particulares pela afirmação como povos pluri-étnicos. Contribuiu para este grande avanço, a organização “Pueblo Creyente” (Povo Crente), que reúne, a partir de uma inspiração religiosa, indígenas, não indígenas e até pessoas que, no passado, formaram com os para-militares. Os “pueblos creyentes” procuram viver sua fé como

esforço voltado para a construção de uma vida digna comprometida com a democracia, a liberdade e a justiça. Fazem parte dos “pueblos creyentes”, os “Tujuneles”- diáconos, agentes de pastoral, catequistas indígenas da Igreja Católica, que participam ativa e criticamente dos Conselhos paroquiais e diocesanos.

Assisti também o renascimento da cultura indígena no Centro Estatal de Línguas, Arte e Literatura Indígena (CELALI). Com apoio do governo, o Celali traduziu os “Acordos de San Andrés” para dez idiomas indígenas. O governo federal, através do programa “Educação Intercultural Bilingüe”, está elaborando também, com a colaboração dos indígenas, textos escolares bilingües e reflexões sobre os valores da cultura indígena.

Deixei o Chiapas profundamente impressionado. Nas Juntas de Buen Gobierno encontrei pessoas esclarecidas, convencidas de que o povo está construindo um governo a partir da base e voltado para o bem comum; nas cidades, vi indígenas ativos nos mercados, no comércio, nos transportes, nas escolas.

Infelizmente não pude deixar de ver também, ao lado de tantos avanços na consciência, na organização e na combatividade dos indígenas do Chiapas, as marcas da “guerra de baixa intensidade” e da política agropecuária subordinada ao NAFTA (Acordo de Livre Comercio entre os países da América do Norte): pobreza, terras ociosas em razão da ocupação militar; falta de emprego no campo; migração massiva aos Estados Unidos; degradação do papel da mulher na sociedade; desintegração das famílias e das comunidades originais.

Esta observação, que vale para o Chiapas e para várias outras regiões do México, dá toda razão às palavras de José Saramago: ...”*nesta era de resignação silenciosa, e quando alguns pretendem nos reduzir à condição de escravos, os zapatistas - após dez anos de levantamento indígena em Chiapas - são um exemplo de que a rebeldia é possível e de que nem tudo está perdido. Por isso representam um testemunho vivo que não pode ser apagado*”.

